

colóquio

ARQUEOLOGIA RURAL: DA INVESTIGAÇÃO À SALVAGUARDA PATRIMONIAL

*ENTRE A IDADE DO FERRO
E A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA*

LIVRO DE RESUMOS



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

SECÇÃO
DE HISTÓRIA



MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

LIVRO DE RESUMOS

ARQUEOLOGIA RURAL: DA INVESTIGAÇÃO À SALVAGUARDA PATRIMONIAL *Entre a Idade do Ferro e a Época Contemporânea*

ORGANIZAÇÃO

João Marques, Teresa Marques e Carlos Boavida

EDIÇÃO

Associação dos Arqueólogos Portugueses, Secção de História

DESIGN GRÁFICO

Natacha Ribeiro e César Neves

FOTOGRAFIA CAPA

Cerca de gado (Alcoutim). © João Marques

ISBN

978-989-36906-0-4

COLÓQUIO

ARQUEOLOGIA RURAL: DA INVESTIGAÇÃO À SALVAGUARDA PATRIMONIAL

Entre a Idade do Ferro e a Época Contemporânea

DATA, LOCAL

8 de Maio de 2026 – Auditório do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

ORGANIZAÇÃO

Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

O estudo do povoamento rural, desde a Idade do Ferro até à Época Contemporânea, revela dinâmicas complexas de ocupação do território e adaptação às condições ambientais e socioeconómicas. Os *habitats*, os complexos agrícolas e os pequenos aglomerados constituíram núcleos fundamentais na organização do espaço, refletindo não apenas estratégias de subsistência, mas também formas de sociabilidade e identidade comunitária.

A arquitetura doméstica desempenha um papel central neste processo, evidenciando soluções construtivas vernáculas que respondem a necessidades funcionais e simbólicas. Casas, anexos e espaços produtivos revelam práticas quotidianas, modos de vida e hierarquias internas, permitindo compreender a evolução das técnicas e materiais ao longo dos séculos.

Para o atual conhecimento destes territórios, a reconversão energética em curso, através da descarbonização e descentralização da produção - vista como essencial para a nossa sobrevivência e para o atual modelo socioeconómico -, o desenvolvimento da agricultura intensiva e superintensiva e da silvicultura de produção de modelo industrial provocam impactos significativos no património arqueológico, e têm levado, em alguns casos à intensificação dos trabalhos de registo arqueológico, de salvamento ou integrados em ações preventivas e de minimização, ampliando, por essa via o conhecimento das diacronias destes territórios.

Pretende-se com este Colóquio contribuir para dar um novo olhar e relevo ao papel central das culturas rurais na formação das paisagens históricas e das principais ameaças que estes vestígios têm a pairar devido às mais recentes alterações estruturais na ocupação destes territórios, vistos hoje, como periféricos das cidades.

Este Colóquio encontra-se dividido em duas partes:

I – Estudos / Investigação

II – Salvaguarda do Património Arqueológico





Programa

10h15 – **Abertura**

Parte I – Estudos / Investigação

10h30 – *Historial dos estudos de Arqueologia Rural em Portugal*

Jacinta Bugalhão (Património Cultural, I.P.)

10h50 – *Povoamento, produção e paisagem rural no Baixo Tejo durante a Idade do Ferro*

Elisa de Sousa (Uniarq | Universidade de Lisboa)

11h10 – *O mundo rural no Norte da Lusitânia: síntese e perspectivas de investigação*

Ricardo Costeira da Silva (CEIS20 | Universidade de Coimbra)

11h30 – *Através dos campos: ameaças e desafios para o estudo das paisagens de Época Romana no Alentejo*

André Carneiro (CHAIA | Universidade de Évora)

11h50 – *A produção agrícola no Algarve romano*

João Pedro Bernardes (CEAACP | Universidade do Algarve)

12h10 – *Perspetivas de investigação sobre a Alta Idade Média no Noroeste Peninsular*

Andreia Arezes (CITCEM | Universidade do Porto)

12h30 – **Almoço**

14h30 – *Desafios e problemáticas da Arqueologia Rural: uma reflexão a partir da investigação sobre a Alta Idade Média*

Sara Prata (IEM | Universidade Nova de Lisboa)

14h50 – *Contributos para a interpretação da paisagem rural do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média*

João Marques (AAP | CEAACP | CHAIA)

15h10 – *Povoamento rural no Garb al-Andalus. Estado da investigação e desafios metodológicos*

Maria de Fátima Palma e Susana Gómez Martínez (CEAACP | Universidade de Évora | CAM)

15h30 – *Tradição e inovação na Arqueologia Rural: modernidade e vida quotidiana entre os séculos XVIII e XX*

Tânia Casimiro (Stirling University) e João Sequeira (Universidade de Coimbra)

Parte II – Salvaguarda do Património Arqueológico Rural

15h50 – *Do analógico ao digital. Contributo das novas tecnologias na transformação da prospeção arqueológica de salvaguarda ao longo do 1.º quartel do séc. XXI. O exemplo em projetos da Rede Nacional de Electricidade e Centros Electroprodutores*

Alexandre Canha (CEAACP | ZEPHYROS)

16h10 – *Minimização e compensação de impactes sobre o património arqueológico no âmbito de energias renováveis. Duas décadas de evolução em perspectiva*

Carla Alves Fernandes (Arqueóloga independente, consultora)

16h30 – *Salvaguarda do Património Arqueológico em Contexto Agrícola e Florestal*

Samuel Melro (CCDR Alentejo - Unidade de Cultura)

16h50 – *Salvaguarda do Património Arqueológico em Projetos de Arborização e de Rearborização*

Filipa Bragança, Sandra Lourenço e Gertrudes Zambujo (Património Cultural, I.P.)

17h10 – *Podemos salvar sem dados?*

Paula Pereira, Tiago do Pereiro e Miguel Lago (ERA Arqueologia, SA)

17h30 – **Debate**

18h00 – **Encerramento**

LIVRO DE RESUMOS

ARQUEOLOGIA RURAL: DA INVESTIGAÇÃO À SALVAGUARDA PATRIMONIAL

Entre a Idade do Ferro e a Época Contemporânea

Parte I

Estudos / Investigação



Historial dos estudos de Arqueologia Rural em Portugal

Jacinta Bugalhão (Património Cultural, I.P.)

Partindo da aceção de “Arqueologia Rural” como arqueologia do território, hoje, rural (por oposição ao território, hoje, urbano) procede-se a uma análise da actividade e investigação arqueológica em espaço rural, apresentando as suas principais características e tendências, nas últimas décadas.

Povoamento, produção e paisagem rural no Baixo Tejo durante a Idade do Ferro

Elisa de Sousa (Uniarq | FLUL)

A Idade do Ferro na Estremadura Portuguesa (século VIII a século III/II a.C.) corresponde a um momento de profunda reconfiguração das dinâmicas de povoamento e de exploração do território, marcado pela emergência de modelos proto-urbanos e pela integração da região em redes de contacto de âmbito mais alargado.

Este trabalho analisa a evolução da malha de povoamento no estuário do Tejo e áreas adjacentes, procurando compreender os mecanismos de articulação entre grandes núcleos polarizadores, sítios secundários e estabelecimentos rurais, bem como o impacto das interações entre grupos autóctones e as comunidades fenícias.

Numa fase inicial, entre o século VIII e o século VI a.C., observa-se a consolidação de dois importantes polos na foz do Tejo, a Colina do Castelo de São Jorge, em Lisboa, e a Quinta do Almaraz, em Almada, que estruturam um território orientado para a exploração agrícola, mas também para a captação e circulação de recursos estratégicos, como metais e ouro aluvionar. A partir do século VII a.C., verifica-se, paralelamente, uma acentuada deslocação do eixo de povoamento para as margens ribeirinhas do estuário, em contraste com os padrões observáveis durante o Bronze Final. Esta reorganização parece relacionar-se com a intensificação de circuitos comerciais e com a necessidade de estabelecer ligações com regiões interiores no contexto de colonização fenícia.

Neste quadro, múltiplos sítios distribuídos ao longo do estuário evidenciam ocupações associadas a atividades agropastoris e ao controlo de vias de circulação fluvial, integrando-se numa rede económica mais ampla. A produção anfórica regional e a possível intensificação de culturas como a vinha e a oliveira doméstica sugerem a existência de sistemas de produção orientados para o excedente e para a troca, ainda que predominantemente a uma escala regional. Paralelamente, alguns núcleos, como a Alcáçova de Santarém, já no interior do estuário, documentam processos complexos de continuidade e transformação, evidenciando a persistência de tradições indígenas no seio de novas dinâmicas culturais.

A partir de meados do 1.º milénio a.C., o colapso das redes coloniais fenícias desencadeia um novo cenário, caracterizado por fenómenos de regionalização e por uma reconfiguração do povoamento. Assiste-se então a um incremento dos assentamentos em áreas ocidentais, nomeadamente no complexo basáltico de Lisboa, agora com uma vocação marcadamente agropastoril. Estes núcleos, de pequena dimensão e provável carácter familiar, articulam-se com centros de maior relevância, destacando-se, nesta nova conjuntura, o crescente protagonismo da antiga *Olisipo* (Lisboa).

Os dados sugerem a formação de um território relativamente coeso, estruturado em torno de redes complexas de produção e distribuição, ainda que com uma progressiva diminuição das ligações de longa distância que se intensifica ao longo da segunda metade do 1º milénio a.C., evidenciando a complexidade e dinamismo das comunidades da Estremadura Portuguesa durante a Idade do Ferro.

O mundo rural no Norte da Lusitânia: síntese e perspectivas de investigação

Ricardo Costeira da Silva (CEIS20 | Universidade de Coimbra)

O estudo do mundo rural no Norte da Lusitânia tem beneficiado, nas últimas décadas, de um incremento significativo de dados arqueológicos, sobretudo resultantes de prospeções sistemáticas e de intervenções pontuais de escavação. Ainda assim, a construção de uma síntese interpretativa consistente permanece condicionada por limitações estruturais do registo arqueológico, marcadas pela sua natureza fragmentária, pela desigualdade metodológica das investigações e pela escassez de estudos monográficos publicados.

Um dos principais obstáculos reside na classificação tipológica dos sítios rurais. A tradicional dicotomia entre *villae*, quintas (ou granjas) e casais revela-se frequentemente insuficiente para dar conta da diversidade das formas de ocupação do território. Com efeito, os dados disponíveis para o interior norte da Lusitânia apontam para a predominância de um povoamento rural disperso, estruturado sobretudo em torno de unidades de pequena e média dimensão que refletem economias domésticas modestas, frequentemente afastadas dos grandes circuitos comerciais. Neste contexto, a *villa*, embora presente, parece assumir um papel menos central e, em muitos casos, mais tardio do que noutras regiões da Hispânia. Acresce que muitos destes sítios são conhecidos apenas por vestígios de superfície, dificultando a sua caracterização funcional e cronológica, bem como a identificação de eventuais continuidades com ocupações pré-romanas ou posteriores.

Neste contexto, impõe-se uma revisão crítica dos modelos interpretativos e das categorias analíticas utilizadas. Mais do que aplicar tipologias rígidas, torna-se necessário adotar quadros interpretativos flexíveis, capazes de integrar a variabilidade regional e a complexidade do registo. A investigação futura deverá privilegiar abordagens integradas, combinando as novas tecnologias com a prospecção intensiva, escavação extensiva, análise espacial e estudo da cultura material, de modo a ultrapassar os constrangimentos atuais. Só assim será possível compreender, de forma mais consistente, a diversidade das paisagens rurais e as dinâmicas de continuidade e mudança no Norte da Lusitânia.

Através dos campos: ameaças e desafios para o estudo das paisagens de Época Romana no Alentejo

André Carneiro (CHAIA | Universidade de Évora)

A paisagem é um elemento antrópico em constante transformação, fruto das longuíssimas interações entre a acção humana e a Natureza. Após uma fase de abandono dos campos, neste milénio estão em curso impactos crescentemente transformadores (e destrutivos) sobre os vestígios patrimoniais de épocas passadas. A proliferação de cultivos intensivos e de infraestruturas para as energias renováveis em larguíssimas extensões do território alentejano tem levado a uma obliteração sem precedentes das marcas deixadas ao longo do tempo. Cada vez mais temos menos sítios e, sobretudo, deparamo-nos com a impossibilidade de recuperarmos a leitura das redes de povoamento, das articulações entre sítios, dos sistemas de aproveitamento económico do território e das estratégias de cultivo. Mais do que entendermos os sítios isoladamente, importa considerar as possibilidades e limites de uma "Arqueologia Rural" em severa perda, impossibilitando-nos a percepção e estudo dos modos de habitar o campo em época romana.

A Produção Agrícola no Algarve Romano

João Pedro Bernardes (CEAACP | Universidade do Algarve)

Quando se fala de produção algarvia em época romana, inevitavelmente a conversa foge para a transformação e exportação de preparados piscícolas. Compreende-se que assim seja, uma vez que as atividades relacionadas com a exploração dos recursos marinhos tinham um peso inigualável na economia e no povoamento romano da região, centrado predominantemente ao longo da faixa litoral. Mesmo tendo em conta a importância dos recursos mineiros, a exploração do mar era, certamente, o motor económico da região, apresentando um maior potencial de recursos do que a terra. A capacidade produtiva instalada, lida a partir das várias dezenas de sítios onde proliferam oficinas piscícolas, assim o demonstra. Mas a produção dos sítios romanos do Algarve, nomeadamente das *villae*, não era apenas centrada nos produtos piscícolas possuindo várias outras componentes.

A partir das escassas informações literárias que chegaram até nós, mas também de testemunhos arqueológicos relacionados com atividades de exploração e de transformação de produtos agrícolas, de que o vinho e azeite seriam os mais evidentes, mas não os únicos, procura-se traçar um breve quadro da produção agrícola do Algarve. Veremos a distribuição de alguns sítios com indícios de exploração e transformação de produtos da terra, situados quer na faixa litoral quer no barrocal algarvio, visando construir uma ideia do que seria a paisagem alimentar na região ao longo da época romana até à Antiguidade tardia. Faremos ainda uma estimativa da capacidade de processamento de uvas e de produção de vinho de um dos lagares da villa de Milreu, abandonado em meados do século III, bem como a área de vinha correspondente a essa capacidade. A ideia que se procura construir da paisagem alimentar da região em época romana será necessariamente simplista e muito incompleta, pois que têm faltado estudos arqueobotânicos que ajudariam a completar um quadro ainda muito lacunar e que as investigações futuras em sítios rurais devem, necessariamente, ter em conta.

Perspetivas de investigação sobre a Alta Idade Média no Noroeste Peninsular

Andreia Arezes (CITCEM | Universidade do Porto)

A investigação sobre a Alta Idade Média tem vindo a conhecer importantes reconfigurações nas últimas décadas, nomeadamente ao nível dos inquéritos e das metodologias aplicadas no terreno. Não obstante, e quando considerado o território afeto ao Noroeste Peninsular, constata-se a persistência de profundas lacunas de conhecimento, com especial incidência nas esferas do mundo rural e das redes de povoamento. É certo que, no atual território galego, os trabalhos de arqueologia preventiva, por um lado, e a implementação de projetos de investigação direcionados, por outro, têm permitido rastrear novos sítios, alguns dos quais pautados por esquemas de implantação topográfica e de utilização de materiais que apontam no sentido da construção de um “novo” mundo, nas margens das velhas urbes. Dos núcleos de reduzida dimensão aos assentamentos fortificados em altura, percebe-se que os recursos percíveis voltaram a ganhar terreno e que as comunidades rurais encontraram outras formas de organização espacial para implementar.

Comparativamente, o Noroeste do actual território português no período em análise parece assumir vazios mais prementes, ainda que com alguns laivos de renovação. Com efeito, as reocupações de sítios em altura, nomeadamente de castros de génese protohistórica, começam a receber mais atenção. Numa outra vertente, compilam-se dados centrados na persistência da ocupação em assentamentos de fundação romana, designadamente em *villae*, sem, contudo, ser possível compreender de forma rigorosa quais os moldes de funcionamento assumidos por estas unidades em cronologia avançada. Na verdade, parte substancial dos trabalhos em curso, realizados no quadro da arqueologia de contrato, centra-se nas esferas urbanas, intensamente ocupadas, concorrendo para a manutenção da opacidade de um território que seria, certamente, amplamente vivido. Este fornece, em contrapartida, alguns dados decorrentes do mundo funerário, embora não raro, parcelares e, em larga medida, desvinculados de conexão com os espaços habitados. É, pois, sobre os influxos e os vácuos deste cenário, ainda insuficientemente delineado do Noroeste Peninsular que pretendemos reflectir na comunicação a apresentar.

Desafios e problemáticas da Arqueologia Rural: uma reflexão a partir da investigação sobre a Alta Idade Média

Sara Prata (IEM | Universidade Nova de Lisboa)

Nesta comunicação apresenta-se uma síntese crítica sobre o povoamento rural alto-medieval a partir dos dados obtidos no Alto Alentejo. Esta investigação começou há mais de 15 anos, a partir do estudo das sepulturas escavadas na rocha, um dos principais elementos para reconhecer sítios arqueológicos desta cronologia em meio rural. Posteriormente, prospeções arqueológicas dirigidas permitiram identificar vestígios de estruturas nas imediações dos sepulcros e que viriam a ser alvo de sondagens de diagnóstico e escavações. Os estudos de cultura material e a obtenção de datações por radiocarbono situaram a utilização destes espaços entre os séculos VI e VIII. Os dados obtidos revelam uma complexa rede de povoamento plasmada em granjas de pequena e média dimensão que se desenvolvem após o abandono do modelo de exploração romano. Estes sítios apresentam realidades económicas muito localizadas, admitindo cooperação e entre diferentes unidades domésticas, e intercâmbios a nível regional. Não obstante, a presença de lagares e de edifícios de armazenamento sugerem a existência de uma produção excedentária de vinho e/ou azeite, um processo raro durante estas cronologias, que tem sido interpretado como um indicador de relações entre a esfera local e os poderes envolventes. Ainda que os trabalhos de campo se tenham realizado com maior intensidade no Concelho de Castelo de Vide, os dados de superfície disponíveis para os concelhos vizinhos sugeriam realidades semelhantes. Esta proposta tem sido confirmada no âmbito das investigações mais recentes que temos acompanhado noutros territórios do Alto Alentejo, nomeadamente no âmbito de dissertações de mestrado.

Em paralelo com esta investigação centrada na Alta Idade Média, temos levado a cabo inventários patrimoniais, análises do povoamento rural numa perspetiva diacrónica e ações de divulgação junto da comunidade local. A possibilidade de trabalhar de forma continuada num mesmo território tem-nos permitido observar em primeira mão as rápidas transformações de que têm sido alvo estes territórios. Face a estas experiências, aproveitaremos também este fórum para analisar como é que a arqueologia pode fazer parte da resposta a estes desafios atuais.



Vista geral da escavação no lagar alto-medieval da Tapada das Guaritas II (São João Batista, Castelo de Vide).



Exemplo de sepultura escavada na rocha na Tapada do Mato (Póvoa e Meadas, Castelo de Vide).

Contributos para a interpretação da paisagem rural do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média

João Marques (AAP | CEAAAC | CHAIA)

Entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média verifica-se uma acentuada rarefação demográfica e um progressivo recuo do povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana. Longe de corresponder a um colapso abrupto ou a uma continuidade linear das formas romanas de ocupação, a evidência arqueológica revela antes um processo prolongado de transformação, marcado pela diminuição do número de assentamentos, pela redução da escala das unidades habitacionais e pela fragmentação das redes de povoamento.

Com base nos dados provenientes de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da construção da Barragem de Alqueva, abrangendo os concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Portel, analisa-se um conjunto significativo de habitats rurais domésticos, tradicionalmente marginalizados pela investigação devido à sua reduzida monumentalidade e à escassez de espólio. Estes sítios testemunham a persistência de pequenas comunidades camponesas instaladas em contextos interfluviais, terraços fluviais e margens de linhas de água sazonais, ocupando micro-territórios selecionados em função das condições edafoclimáticas e da disponibilidade de recursos.

A arquitetura doméstica observada caracteriza-se por soluções vernaculares simples, baseadas no uso de matérias-primas locais, como o xisto, o quartzo e a terra, e por plantas de reduzida dimensão, compartimentação flexível e forte integração entre espaços residenciais, produtivos e de armazenamento. Estas características não devem ser interpretadas como sinais de atraso tecnológico, mas antes como expressão material de estratégias adaptativas desenvolvidas num contexto de baixa densidade populacional, mobilidade limitada e economia predominantemente autossuficiente.

Os dados arqueológicos permitiram identificar diferentes tipologias de ocupação rural — montes, casais agrícolas e estruturas de apoio às atividades agro-pastoris — que coexistem ao longo do tempo numa paisagem estruturada, embora marcada por fracas hierarquias e reduzida densidade de ocupação. Longe de corresponderem a uma evolução linear, estas formas de povoamento refletem estratégias flexíveis de exploração do espaço, pautadas por continuidades arquitetónicas e funcionais, apesar das profundas mudanças políticas e culturais associadas à transição do mundo tardo-romano para o período islâmico e, mais tarde, para a consolidação feudal cristã a partir do século XIII.

Do ponto de vista do povoamento, a distribuição espacial destes núcleos sugere uma paisagem rural rarefeita, fragmentada e pouco articulada, caracterizada por ligações ténues entre os assentamentos e por uma ocupação seletiva do território. A análise cronológica aponta para ocupações contínuas desde meados do século V, marcadas por sucessivas adaptações dos espaços habitados, seguidas, em muitos casos, por abandonos relativamente rápidos entre os séculos VIII e IX, sem evidências de destruição violenta. Estes abandonos são interpretados como o resultado de transformações estruturais profundas, associadas à retração demográfica, à reorganização dos sistemas produtivos e à perda de centralidade das infraestruturas territoriais herdadas do período romano.

Este padrão aponta para uma reconfiguração da organização social e económica, própria de um mundo progressivamente ruralizado, pouco monetarizado e fortemente centrado na autossuficiência, ainda que não completamente desligado de redes de troca regionais e, de forma pontual, de circuitos de maior alcance.

A comparação com outras regiões europeias, nomeadamente a Península Ibérica interior, o sul da Gália e a Itália centro-setentrional, revela dinâmicas semelhantes, nas quais a transição pós-romana se traduz em paisagens rurais de baixa densidade, economias camponesas de pequena escala e soluções arquitetónicas vernaculares duráveis. Neste quadro, o Guadiana médio não constitui um caso marginal ou excecional, mas antes um observatório privilegiado para compreender de que forma a rarefação demográfica moldou as paisagens rurais europeias entre a Antiguidade e a Idade Média, reforçando o papel ativo das comunidades camponesas na construção, gestão e adaptação do território em contextos de profunda transformação histórica.

Povoamento rural no Garb al-Andalus. Estado da investigação e desafios metodológicos

Maria de Fátima Palma e Susana Gómez Martínez (CEAACP | Universidade de Évora | CAM)

No início do domínio islâmico, as enfraquecidas cidades do Garb al-Andalus ficaram desconexas do seu território rural, onde se desenvolveram estruturas de povoamento de diversas tipologias e dimensões, sem articulação nem hierarquia definida entre elas. Neste contexto, eram especialmente relevantes os recursos de que as comunidades rurais dispunham, completamente condicionados pelo nicho ecológico em que se assentavam. A evolução destas comunidades rurais, ao longo de mais de cinco séculos em algumas áreas, foi muito grande. Os povoados sofreram uma clara tendência à concentração em alcarias de maiores dimensões. Desenvolveram-se novas formas de aproveitamento dos recursos, especialmente os agrícolas naquilo que tem vindo a denominar-se a “revolução verde”. Recuperaram a sua articulação com as cidades em cujo alfoz se inseriam e, através delas, integram-se nas redes económicas do Mediterrâneo Ocidental em geral.

Este panorama de partida carece de estudos de pormenor e regionais/locais que o confirmem e caracterizem. A Arqueologia Rural no *Gab al-Andalus*, sofre do atraso de que, em geral, padecem os estudos islâmicos em Portugal. O grande desenvolvimento de finais do século XX e inícios deste, viu-se fortemente reduzido nos últimos anos. Por contra, os dados disponíveis têm aumentado exponencialmente nas duas últimas décadas, mas carecem de publicação, sistematização e síntese. Desde o ponto de vista metodológico, um dos principais problemas é o carácter apenas preventivo das intervenções arqueológicas realizadas neste âmbito, que raras vezes são publicadas e os materiais estudados. Apenas contamos com relatórios que descrevem as ocorrências pouco contextualizadas em relação ao território e sem análise da paisagem e dos recursos que serviriam as comunidades protagonistas dos achados arqueológicos.

Em Espanha, têm sido desenvolvidos, nos últimos anos, projetos de investigação no âmbito da Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia Hidráulica com metodologias bem estruturadas desde o ponto de vista técnico e, especialmente, desde o ponto de vista epistemológico. O Laboratório MEMOLAB, da Universidade de Granada, ou o projeto MEDGREENREV, dirigido pelas Universidades Autónoma de Barcelona, Granada, York e Reading, são exemplos de equipas avultadas de investigadores, com recursos que lhes permitem aplicar metodologias pluridisciplinares, que entendem o povoamento de forma integrada com o estudo da paisagem, utilizando todas as ferramentas disponíveis (SIG, LiDAR, análises laboratoriais de Isótopos, etc.), sem esquecer que o fundamental é uma correta e apurada leitura estratigráfica e histórica. Um dos aspetos mais interessantes destes postulados é a sua forte e empenhada militância na preservação do património cultural das comunidades camponesas, num profundo e sistémico compromisso com valores ambientais e de promoção de um desenvolvimento rural sustentável. No caso do Garb, a falta de recursos e um desinteresse crescente pelo período islâmico, não isento de preconceitos políticos, tem limitado este tipo de aproximações, nas quais, a figura de Cláudio Torres foi pioneira.

Mértola é um interessante caso de estudo onde, nos últimos anos, os trabalhos de prospeção arqueológica e a toponímia estão a permitir desenhar a rede de pequenos povoados que rodearam, em diferentes épocas, a cidade. As escavações arqueológicas, tanto da cidade como de alguns dos núcleos rurais identificados nas prospeções, fornecem dados mais precisos de como evoluiu o povoamento rural, quais os recursos que o sustentava e as redes de distribuição de manufaturas que marcam as relações económicas e de poder entre a cidade e o seu território rural.

Tradição e inovação na Arqueologia Rural: modernidade e vida quotidiana entre os séculos XVIII e XX

Tânia Casimiro (Stirling University) e João Sequeira (Universidade de Coimbra)

A modernidade é frequentemente interpretada através de processos macroestruturais como a industrialização, a urbanização ou a expansão das economias capitalistas. No entanto, estas abordagens tendem a privilegiar escalas institucionais e urbanas, relegando para segundo plano a forma como a modernidade foi vivida no quotidiano das populações rurais. A arqueologia oferece uma perspetiva particularmente relevante para esta discussão, porque permite observar não apenas as transformações sociais e económicas através das práticas materiais do dia a dia, mas também as persistências culturais.

Esta comunicação propõe discutir a modernidade no mundo rural português entre os séculos XVIII e XX, a partir de evidências arqueológicas provenientes de diversas partes do país. A análise centra-se tanto na materialidade da vida quotidiana, tal como habitação, consumo, práticas alimentares, produção e reutilização de objetos, mas também nas tecnologias utilizadas por essas mesmas comunidades, demonstrando como tradição e inovação coexistem nas mesmas realidades arqueológicas. Em vez de uma ruptura clara entre tradicional e moderno, os contextos estudados revelam processos graduais de adaptação, nos quais novas tecnologias, objetos industriais e mudanças económicas são incorporados de forma seletiva em sistemas de vida já estabelecidos.

Ao considerar diferentes escalas de análise, desde comunidades piscatórias até unidades domésticas rurais, esta comunicação evidencia como a modernidade rural se caracteriza por ritmos próprios de transformação, frequentemente marcados pela persistência de práticas e pela coexistência de temporalidades distintas. Desta forma, a arqueologia contribui para uma compreensão mais complexa da modernidade, mostrando que esta não se manifesta apenas através de grandes infraestruturas ou reformas institucionais, mas também através das pequenas decisões e adaptações que estruturam a vida quotidiana.



Parte II

Salvaguarda do Património Arqueológico Rural

Do analógico ao digital.

Contributo das novas tecnologias na transformação da prospeção arqueológica de salvaguarda ao longo do 1.º quartel do séc. XXI.

O exemplo em projetos da Rede Nacional de Electricidade e Centros Electroprodutores

Alexandre Canha (CEAACP | ZEPHYROS)

Neste trabalho apresenta-se uma reflexão sobre a evolução das metodologias de prospeção arqueológica de salvaguarda ao longo do primeiro quartel do século XXI, com base na experiência profissional do autor, iniciada ainda nos primeiros anos da década de 2000. Nessa altura, a prospeção arqueológica realizada no âmbito de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) era ainda fortemente ancorada em metodologias tradicionais de carácter essencialmente analógico. Os trabalhos de campo baseavam-se predominantemente em prospeção pedestre intensiva, apoiada em cartografia analógica, levantamentos topográficos manuais e registos em papel, com fortes constrangimentos em termos de cobertura espacial, resolução temporal e capacidade de integração de dados multidisciplinares.

Ao longo das últimas duas décadas e meia, assistiu-se a uma profunda transformação destas práticas, impulsionada pela crescente adoção de novas tecnologias digitais. Este contributo analisa essa transição do analógico para o digital, destacando as principais ferramentas que revolucionaram tanto a fase de planeamento como o trabalho de campo. No planeamento destacam-se o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), modelos digitais de terreno de alta resolução derivados de LiDAR e drones, análise multicritério, integração de dados de deteção remota (satélites e ortofotos históricas) e plataformas em ambiente web. Em contexto de campo, a adoção generalizada de GPS e aplicações móveis para registo em tempo real, fotogrametria digital, georreferenciação 3D e ferramentas de realidade aumentada permitiram aumentar significativamente a eficiência, a precisão e a qualidade dos dados recolhidos.

Por fim, efetua-se uma análise crítica da posição atual da deteção remota em prospeção arqueológica de salvaguarda em Portugal, com particular enfoque na prospeção geofísica (magnetometria, resistividade elétrica e georadar – GPR). Verifica-se atualmente uma encruzilhada: por um lado, perante o potencial demonstrado na deteção não invasiva de estruturas arqueológicas e na otimização de intervenções, os promotores de grandes infraestruturas, demonstram uma abertura crescente e uma maior disponibilidade financeira para a utilização destes métodos não invasivos; por outro, a ausência de critérios uniformes e normalizados para a aplicação destas técnicas. Esta ausência de normas claras leva a que se executem trabalhos extremamente disparem em termos de qualidade e rigor metodológico comprometendo gravemente a comparabilidade e a fiabilidade dos resultados e consequentemente uma crescente desconfiança dos promotores.

Esta situação evidencia a necessidade urgente, por parte da tutela, de uma normalização dos procedimentos de prospeção geofísica em contexto de arqueologia de salvaguarda, que defina parâmetros mínimos de aquisição, processamento e interpretação de dados, garantindo assim maior rigor e qualidade científica.

Esta comunicação pretende, assim, contribuir para o debate sobre o futuro da prospeção arqueológica de salvaguarda em Portugal, defendendo uma abordagem integrada e devidamente regulamentada face às novas tecnologias.

Minimização e compensação de impactes sobre o património arqueológico no âmbito de energias renováveis. Duas décadas de evolução em perspectiva

Carla Alves Fernandes (Arqueóloga independente, consultora)

A Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) no âmbito do património arqueológico tem sido alvo de significativas alterações de paradigma desde a criação do Instituto Português de Arqueologia e decorrentes Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos e Circular para definição do quadro metodológico.

Esta evolução foi complementada por todos os progressos tecnológicos e digitais cada vez mais funcionais, precisos e generalizados, permitindo uma gestão cada vez mais eficaz e detalhada de informação obtida, para caracterizar as áreas de incidência dos projetos e avaliar os efeitos decorrentes da sua implementação.

O balanço apresentado sobre este processo evolutivo, pretende refletir sobre variáveis persistentes sobre a terceira etapa do processo de AIA: a conceção e implementação de medidas de minimização e compensação.

As complexidades e impasses que ainda se encontram para conduzir um processo desde a proposta de uma medida em sede de AIA até à sua plena implementação, serão analisadas.

Pretende-se sobretudo, salientar a importância de refletir sobre um quadro geral de referência mais rígido para definição e implementação de medidas em função de níveis de valor patrimonial e graus sensibilidade arqueológica.

É igualmente fundamental analisar os desafios impostos no domínio das medidas de compensação, que normalmente são direcionadas para sítios exteriores à área de implementação do projeto (e logo exteriores ao território sob gestão respetivo promotor), mas que sofrem consequências indiretas, nomeadamente ao nível da perda da qualidade do enquadramento paisagístico.

Por último, é indispensável analisar para além da presença pontual de sítios e vestígios e colocar ênfase na gestão de impactes e sua minimização sobre as paisagens rurais de valor patrimonial a salvaguardar.



Análise de enquadramento cénico: monumento megalítico e futura área de projeto fotovoltaico (Foto da autora).



Paisagem construída na serra de Sicó e respetivos desafios face a pressão de projetos eólicos (Foto da autora).

Salvaguarda do Património Arqueológico em Contexto Agrícola e Florestal

Samuel Melro (CCDR Alentejo – Unidade de Cultura)

Os impactos negativos provocados pela implementação de monoculturas intensivas em larga escala constituem um alerta permanente à perda de património arqueológico. A transformação da nova paisagem agrícola alentejana veio acentuar um velho problema na relação da atividade agrícola mais intrusiva com a preservação do património cultural. As palavras indignadas de Abel Viana na década de 1950 continuam atuais: «potentes tratores mecânicos pulverizam os espólios e tudo o que mais interessa ao património nacional», daí resultando «perdas incalculáveis e irreparáveis».

Se as operações florestais contam com um regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização (plataforma RJAAR) e tem-lhe subjacente um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial, possibilitando a pronúncia prévia no âmbito do património arqueológico, já os projetos agrícolas não se encontram sujeitos a autorização prévia ou licenciamento, colocando-se um conjunto de obstáculos, sobretudo no momento inicial e preventivo em que pode ter lugar a compatibilização dos projetos agrícolas com as condicionantes patrimoniais. No entanto, quando constituem alteração ao uso do solo poderão ser abrangidos por regimes jurídicos associados ao ordenamento do território, assegurando de forma mais efetiva as normas de salvaguarda do património cultural, essencialmente as dispostas em sede dos Planos Diretores Municipais.

Assim, perante os limites à salvaguarda do património em contexto agrícola, quando não sujeito a Avaliação Ambiental ou abrangidas pelas servidões administrativas de bens classificados, que estratégias têm sido tomadas pela Administração do Património Cultural do Estado? E qual o balanço dessa atuação no Alentejo na última década, após a “entrada em cena” a partir de 2017 de uma vaga de trabalhos arqueológicos em contexto agrícola por determinação dos pareceres da DRC, atual Unidade de Cultura da CCDR, e pela efetivação das normas de salvaguarda patrimonial que constavam em diversos PDM, mas que reiteradamente não eram cumpridas.

E o que aprendemos destes trabalhos de prospeção, de acompanhamento ou de outras intervenções arqueológicas suscitadas pela arqueologia de salvamento rural?



Medarra, Ervidel (Aljustrel). 2025 - Foto: UC CCDR.

Salvaguarda do Património Arqueológico em Projetos de Arborização e de Rearborização

Filipa Bragança, Sandra Lourenço e Gertrudes Zambujo (Património Cultural, I.P.)

Ainda que Portugal tenha uma legislação relativa ao Património Cultural, consolidada desde 2001 e uma legislação florestal que prevê a emissão de pareceres das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR), estabelecendo medidas preventivas específicas para o património arqueológico, nomeadamente no âmbito dos *Programas Regionais de Ordenamento Florestal* (PROF), a proteção deste recurso finito e não renovável, continua a ficar muito aquém do necessário, pois muitos destes projetos permanecem fora deste âmbito e não são previstos trabalhos arqueológicos de caracterização prévia.

Realça-se ainda que, de acordo com a atual legislação de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e atendendo às dimensões diminutas dos projetos com enquadramento no RJAIA, até abril de 2026, num universo de 3 946 projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental, com Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida, apenas 41 projetos são de âmbito florestal ou de âmbito agroflorestal. Este valor representa menos de 1% da totalidade dos projetos sujeitos a avaliação ambiental. Destes, apenas 17 são posteriores à década de 90 do século XX.

Apresenta-se um balanço retrospectivo sobre as estratégias que têm vindo a ser adotadas na salvaguarda do património arqueológico em projetos de arborização e rearborização, bem como a análise de pareceres emitidos e de pedidos de autorização submetidos neste âmbito nos concelhos da Região Centro entre 2020 e 2025. Esta amostra teve por base o facto de este ser um território densamente florestado em Portugal continental e o mais afetado por incêndios rurais.

Os incêndios rurais, cada vez de maior dimensão, afetam o património arqueológico, e, ainda que haja áreas do país que têm tido alguns trabalhos arqueológicos para aferir os impactes e definir medidas de salvaguarda, muito do território português permanece sem essa avaliação, pelo que é premente a definição de uma estratégia para o território nacional que permita o diagnóstico, a avaliação, a definição de medidas de salvaguarda e respetiva execução.



Inspeção ao sítio arqueológico do Maxial (CNS 13142 – Povoado Fortificado da Idade do Bronze). 21 Fevereiro 2018. (Foto: Filipa Bragança)



Inspeção ao sítio arqueológico de Vale Carvalho (CNS 25199 - Núcleo de povoamento de cronologia Moderna). Fevereiro 2018. (Foto: Filipa Bragança)

Podemos salvaguardar sem dados?

Paula Pereira, Tiago do Pereiro e Miguel Lago (ERA Arqueologia, SA)

A crescente pressão sobre o território rural, resultante da expansão da agricultura intensiva e de infra estruturas energéticas, tem vindo a expor fragilidades profundas nos modelos de avaliação e salvaguarda do património arqueológico em Portugal. Partindo desta constatação, a comunicação propõe uma reflexão crítica em torno de uma questão central: é possível salvaguardar sem dados?

Com base em vários casos de estudo, analisam se situações em que a ausência de metodologias de detecção remota e de prospecção geofísica levou a avaliações incompletas, decisões de gestão pouco informadas e à conseqüente perda de informação arqueológica. Em contraste, apresentam se exemplos em que a integração destas técnicas desde as fases iniciais do projecto permitiu uma leitura mais rigorosa do território, uma melhor optimização de recursos e uma redução efectiva do risco patrimonial.

Aborda se ainda o enquadramento das actuais práticas de Avaliação de Impacte Ambiental, as limitações das bases de dados disponíveis e a persistente resistência, por parte de alguns agentes, à adopção de metodologias não invasivas. Defende se, neste contexto, a necessidade de uma mudança de paradigma, assente numa abordagem orientada por dados, em que a arqueologia preventiva deixe de ser essencialmente reactiva para se afirmar como verdadeiramente predictiva.

Conclui-se que, sem dados robustos, integrados e contextualizados, a salvaguarda do património é, na melhor das hipóteses, especulativa — e, na pior, simplesmente ilusória.

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

SECÇÃO
DE HISTÓRIA

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO